


CONVITE
Ajuste direto

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, convida-se V.Ex.^a a apresentar proposta relativa a:

Serviço de maquina Retro escavador e máquina de rastos D3/D4 com condutor, com o código CPV 60182000-7, designada-Aluguer de veículos industriais com condutor

Entidade adjudicante: Município de Alfândega da Fé, Largo D. Dinis, 5350-045, Alfândega da Fé, tel.279468120, e com o endereço de correio electrónico cmafe.ccp.alfandega@gmail.com.

Órgão que tomou a decisão de contratar:

O Presidente da Câmara Municipal, através do despacho datado de 18 de junho de 2021, tendo presente as competências que decorrem da lei no âmbito da autorização de despesa.

Fundamento da escolha do procedimento de ajuste direto:

De acordo com as disposições conjugadas do artigo 18.º e do artigo 20.º, n.º 1, alínea d), do CCP, a escolha do procedimento de ajuste direto é feita tendo por base o valor do contrato.

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite, do qual faz parte integrante.
- b. Documento que contenha:
 - i. Os preços unitários dos serviços previstos no caderno de encargos;
 - ii. O preço total da prestação de serviços.
- c. Documento que contenha o preço proposto de acordo com o concorrente se dispõe a contratar.
- d. O preço da proposta, que deve incluir todos os encargos inerentes ao objeto do contrato a celebrar, são indicados em algarismos;
- e. A Documentação do equipamento (máquina) e do operador para a prestação do serviço deve ser constituída pelos seguintes elementos/documentos: Seguro de responsabilidade civil; Manual de instruções em português; Declaração de conformidade; Plano de manutenção e Declaração de bom funcionamento segundo D.L. 50/2005.
- f. A Documentação do operador a apresentar deve ser constituída pelos seguintes elementos/documentos: Seguro de acidentes de trabalho; Ficha de aptidão médica; Declaração/carta de manobrador; Ficha de entrega de EPI's (caso o manobrador não seja o proprietário do equipamento).
- g. Certidão permanente ou código de acesso.

h. Integram também propostas outros documentos que o concorrente considere indispensáveis à sua disposição de contratar.

2. A elaboração da proposta obedece ao disposto nos artigos 58.º e 62.º do CCP.

3. Todos os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo concorrente ou pelo(s) representante(s) legal(ais) com poderes para o(s) vincular, de acordo com os números 4 e 5 do artigo 57.º do CCP, devidamente conjugados com o artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. Prestação de caução e admissão de propostas variantes: não é exigida a prestação de caução, e não é admitida proposta variante.

Modo e prazo de apresentação da proposta

1. As propostas, bem como os documentos que as acompanham, devem ser apresentados através de meio de transmissão eletrónica de dados, designadamente cmafe.ccp.alfandega@gmail.com, até às 23:59, do **5.º dia a contar da data do envio do convite** e de acordo com o n.º 3 do artigo 470.º do CCP

Caso seja encriptada, tendo o (s) interessado (s) de enviar código de acesso, até às 12:30h; após o término para a apresentação da proposta 6.º dia).

2. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no número um, a sua apresentação deverá ser efetuada de acordo com o estipulado no n.º 5 do artigo 62.º do CCP.

Negociação: O presente procedimento não será sujeito a negociação.

Esclarecimentos:

Nos termos do artigo 116.º do CCP os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, até ao primeiro terço do termo do prazo fixado para apresentação da proposta. Em conformidade com o disposto no artigo 125.º do CCP, compete aos serviços da entidade adjudicante pedir esclarecimentos sobre a proposta apresentada, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção da proposta será de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Critério de não adjudicação

Por força da aplicação do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho que regulamenta a Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro (LCPA), considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer.

2. O procedimento extingue-se se, por motivo superveniente, não for possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas.

Decisão de adjudicação e apresentação de documentos:

Cumpridas as formalidades previstas nos pontos anteriores, a entidade adjudicante procede à adjudicação da proposta.

O adjudicatário deve apresentar, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da adjudicação, os seguintes documentos:

- Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II (alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do CCP);

Tendo em vista a supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, poderá ainda ser concedido pela entidade adjudicante um prazo de cinco dias úteis, em cumprimento do preceituado na alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP.

Anexa-se:

- a) Caderno de encargos;
- b) Anexo I ao Código dos Contratos Públicos.

Alfândega da Fé, 1 de julho de 2021.

O Presidente da Câmara Municipal,
Eduardo Tavares em 03-07-2021


(Eduardo Manuel F. obrões Tavares)